

Assunto: Decisão – justiça concede dupla maternidade a casal de gêmeos

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 16/03/2014

Editoria: CAPA

Seção:

jornal do  commercio

Casadas e agora mães de gêmeos

Em decisão inédita, Justiça de Pernambuco autoriza casal homossexual de Paulista a registrar bebês gerados por uma delas via inseminação artificial. Elas vivem juntas há 10 anos. © cidades 6



FELICIDADE Elas registraram a união há pouco mais de um ano e venceram outra barreira com o recente reconhecimento dos filhos

Assunto: Decisão – justiça concede dupla maternidade a casal de gêmeos

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 16/03/2014

Editoria: CIDADES

Seção:

cidades

Dois filhos, duas mães e uma vitória

FAMÍLIA Em decisão inédita, Justiça do Recife concede a dupla maternidade de gêmeos a um casal formado por duas mulheres

Wagner Sarmento
wsarmento@jc.com.br

Elas estão juntas há 11 anos, moram sob o mesmo teto há 10 e estão casadas desde o ano passado. O amor, de tão grande, não cabia mais nas duas. A decisão de ter um filho foi compartilhada e ignorou o preconceito que uma relação homoafetiva ainda provoca. M.S., 30 anos, tinha o sonho de engravidar; M.O., 39, preferia a adoção. Uma queria menina; a outra, menino. Chegaram ao consenso de que realizariam inseminação artificial e M.S. seria a gestante. O destino terminou de equacionar as diferenças: tiveram gêmeos, um bebê de cada sexo. E o Judiciário botou no papel o que a vida já havia carimbado: duas mães. O juiz da 1ª Vara de Família do Recife, Clécio Bezerra, concedeu a dupla maternidade ao casal em decisão inédita em Pernambuco, proferida em 20 de fevereiro.

As crianças foram concebidas através de fertilização in vitro, com material genético de

M.S. e sêmen doado por homem não identificado, proveniente de banco de armazenamento. Os bebês nasceram no dia 6 do mês passado no Hospital Santa Joana. A partir daí, as mulheres, que moram no Janga, em Paulista, procuraram a Justiça para conseguir a dupla maternidade. Na petição, apresentaram escritura de declaração de união estável, declaração do Centro de Reprodução Humana, resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) e as declarações de nascidos vivos.

“Tudo ocorreu na esfera administrativa, sem ter sido necessária a propositura de ação judicial. Em menos de uma semana, já tivemos uma decisão”, explicou Clécio. O Ministério Público, por meio da promotora Izamar Ciriaco, deu parecer favorável.

Na sentença, obtida pela reportagem, o juiz explicou o que motivou sua posição, ressaltando jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). “As requerentes, as quais mantêm uma relação homoafetiva há

mais de 10 anos, buscam converter um vínculo precário, em que, teoricamente, apenas uma poderia ter a maternidade reconhecida com base na consanguinidade, para um vínculo institucionalizado, no qual as duas poderão ter a maternidade simultaneamente reconhecida, com alicerce na afetividade e na aplicação da mais moderna hermenêutica jurídica”, escreveu. “Numa sociedade democrática, na qual o pluralismo e a convivência harmônica dos contrários devem subsistir, não há espaço para prevalência de normas jurídicas que conduzam a interpretações polissêmicas e/ou excludentes dos direitos de minorias”, acrescentou.

Diante da decisão, o registro de nascimento dos gêmeos aparece com duas mães na filiação, além de quatro avós maternos. O advogado Gilberto Júnior, que representa o casal, disse que a mulher que gestou as crianças se encontra em licença-maternidade e que a outra também teria direito ao benefício, mas preferiu continuar trabalhando.



Fotos: Héla Scheppa/JC Imagem

AFETO Nascidos em 6 de fevereiro, bebês receberam nomes das mães no registro após 14 dias

“O amor vence tudo”

A entrevista foi interrompida por um choro duplo. Era o casal de gêmeos que havia acabado de acordar. Uma das mães, M.S. falou sobre o relacionamento, a gestação e o preconceito.



JC - Como se deu a decisão de ter um filho?

M.S. - A gente está junta há 11 anos, mora na mesma casa há uma década e ano passado casou. A decisão de ter um filho partiu das duas. A gente sempre quis ser mãe. M.O. tinha vontade de adotar, mas a burocracia era imensa. Ai, com o tempo, nós pensamos em realizar inseminação artificial, que seria mais simples, só a gente, mais ninguém. Encampamos esse projeto há quatro anos.

JC - Como vocês decidiram em relação a qual das duas gestaria a criança?

M.S. - Eu sempre tive o sonho de engravidar, enquanto ela queria adotar. Eu tinha vontade de sentir o bebê, dar de mamar. Então, ela respeitou isso e foi tranquilo. Na verdade, engravidamos nós duas. O convívio foi tão intenso que ela sentia tudo da gravidez. Enjouou mais do

que eu, senti febre, teve desejo.

JC - A fertilização foi complicada?

M.S. - Na primeira vez, não fecundou. A gente sofreu muito, mas decidimos continuar. Na segunda tentativa, cinco meses depois, conseguimos. Graças a Deus, deu certo.

JC - Qual a reação de vocês quando descobriram que se tratava de gêmeos?

M.S. - Quando fiz o exame, a médica falou que achava que viriam gêmeos. Depois que isso se confirmou, a primeira reação foi de susto. NÓS Passamos meia hora mudas dentro do carro. Mas depois acostumados rápido. Foi só alegria, felicidade. O mais fantástico disso tudo é que eu queria menina e M.O., menino. De repente, nós duas fomos contempladas. Choramos feito crianças no dia em que soube-
mos.

JC - Foi uma decisão rápida, não é?

M.S. - Muito. O processo foi tranquilo demais. Esse juiz merece um prêmio.

JC - Os setores mais conservadores e religiosos da sociedade ainda não aceitam que homossexuais se casem e, sobretudo, tenham filhos. O que você tem a dizer a essas pessoas?

M.S. - Minha mensagem é que o amor vence tudo. Não tem sexo, cor, religião. Deus disse para a gente amar o próximo e estamos fazendo isso: amando. Se você vive bem e é feliz, isso é que importa. Uma mãe já ama, imagina duas? É amor em dobro. É isso que vamos passar para nossos filhos e eles vão estar preparados para o que vier pela frente. Tenho certeza de que serão crianças amadas e felizes. Somos apenas uma família que se ama e ponto.

Na vanguarda desde 2012

Uma decisão de 28 de fevereiro de 2012 já havia permitido a um casal homossexual pernambucano, neste caso constituído por dois homens, registrar na Justiça uma filha concebida por meio de fertilização in vitro. O mesmo juiz da 1ª Vara de Família do Recife, Clécio Bezerra, deliberou em favor dos empresários Milton Alves Albuquerque, 35 anos, e Wilson Alves Albuquerque, 40, juntos há 17 anos.

Na época, o episódio teve repercussão nacional e provocou reações opostas na sociedade - de celebração por parte dos

que defendem a liberdade e o fim do preconceito, e repúdio entre setores conservadores e religiosos. A conquista do casal também foi possível graças à resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que atualiza as normas relativas à reprodução humana assistida.

Na decisão em favor das duas mulheres, pioneira em Pernambuco em se tratando de um casal do sexo feminino, o magistrado faz menção ao caso anterior. “Principiando minha convicção, começo por aclarar que o caso revelado pelos meandros destes autos diz

respeito à possibilidade da configuração da homoparentalidade mediante a chancela judicial, circunstância a particularizar e impingir relativo ineditismo ao caso em julgamento, em que pese já haver deferido, em 28 de fevereiro de 2012, pedido semelhante formulado por casal homoafetivo que buscava o reconhecimento da dupla paternidade”, escreveu.

O reconhecimento, em 2011, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da união homoafetiva foi um marco para a aceitação das novas formatações familiares.

Assunto: Torcidas organizadas	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 15/03/2014
Editoria: ESPORTES	Seção:

esportes

Ação é remetida ao MPPE

Parada na 5ª Vara da Fazenda Pública do Recife desde setembro de 2012, a ação civil pública que pede a proibição das torcidas organizadas dos estádios da Região Metropolitana do Recife e a posterior extinção das mesmas foi remetida pelo juiz Edvaldo Palmeira, anteontem, ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Agora o MPPE terá 10 dias para se pronunciar sobre a defesa das partes envolvidas no processo (Náutico, Sport, Santa Cruz, Fanático, Torcida Jovem, Inferno Coral, CBF, FPF e o Estado).

O magistrado declarou ainda que a ação vai correr à revelia dos clubes rubro-negro e tricolor e das três uniformizadas, que não apresentaram defesa depois da citação. Os cinco só terão esse direito novamente após recorrerem, em caso de uma sentença negativa. Já o clube alvirrubro, a FPF, a CBF e o Estado apresentaram suas defesas e, com isso, continuarão a ser citados normalmente nas próximas fases da ação.

Autor do processo, o promotor Ricardo Coelho já sabia da decisão do juiz Edvaldo Palmeira e segue aguardando um desfecho para o caso. “Edvaldo Palmeira deve ter mais umas 5 mil ações sob sua responsabilidade. Ele vai tomando as decisões de acordo como as prioridades. Foi o caminho judicial normal. Até que tudo seja concluído vai demorar muito”, disse.

Já a segunda ação do MPPE cujo objeto também é a suspensão e término das organizadas que tramitava no Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor (Jetep) ainda está sendo encaminhada à 5ª Vara da Fazenda Pública.

Assunto: Mutirão – Semana Nacional do Júri	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 16/03/2014
Editoria: CAPA	Seção:

jornal do  commercio

Mutirão do CNJ vai julgar crimes dolosos

Conselho Nacional de Justiça promove até sexta a Semana Nacional do Júri, com 3 mil sessões. Em Pernambuco, 442 processos de crimes dolosos contra a vida devem ir a julgamento. [📍 cidades 1](#)

Assunto: Mutirão – Semana Nacional do Júri

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 16/03/2014

Editoria: CIDADES

Seção:

cidades

Tribunais em esforço recorde

MUTIRÃO Na Semana Nacional do Júri, Pernambuco realizará 422 julgamentos de crimes dolosos, o equivalente a 20% do total de 2013

A partir de amanhã e até a sexta-feira (21), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove a Semana Nacional do Júri - período em que ocorrerão cerca de 3 mil sessões do Tribunal do Júri em todo o País. Só no Estado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) levará a julgamento 442 processos relacionados a crimes dolosos (quando há intenção de matar) contra a vida. Esse número equivale a 20% dos 2.183 júris realizados em 2013 pelo TJPE e corresponde a 17% do total em todo o Brasil.

Esses percentuais tornam o Estado líder em relação ao número de julgamentos durante o evento, apesar dos 208 cargos vagos de juiz em Pernambuco. Essa posição é explicada pelo fato de o Estado despontar entre os mais violentos do País, segundo o Mapa da Violência 2013, do Centro de Estudos Latino-Americanos (Cebela). Em segundo lugar, vem o Ceará, com 336 de processos de homicídios dolosos. Em terceiro, está o Paraná, com 256 julgamentos.

E a primeira vez que o CNJ e o Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública



Hellia Scheppei/JC Imagem/8-2012

REFORÇO Além dos defensores públicos, réus terão advogados auxiliares

(Enasp) realizam a Semana Nacional do Júri, considerada uma espécie de mutirão com foco nos homicídios cometidos há mais de quatro anos e que até hoje não foram julgados. Essa segmentação tem como propósito cumprir a Meta de Perseguição Penal estabelecida pelo Comitê Gestor da Enasp. A determinação é que o Judiciário terá de julgar, até outubro deste ano, 80% dos crimes dolosos contra a vida que tiveram a denúncia recebida até 31 de dezembro de 2009.

O desembargador Alexandre Assunção, gestor da Meta 4 Enasp em Pernambuco, avalia que a realização dos processos é um desafio para o Estado. "No ano passado, realizamos uma média de 182 júris por mês. Se, numa semana, conseguirmos dar conta dos 442 julgamentos, teremos o equivalente a quase três meses de trabalho. Será um avanço", frisa.

Para a meta dos processos ser cumprida, o TJPE, a Procuradoria Geral do Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil/Pernambuco e a Defensoria Pública do Estado também assinaram um convênio que prevê a indicação, nomeação e remuneração de advoga-

dos para atuarem junto à Defensoria Pública, na defesa de réus submetidos ao júri. O objetivo dessa parceria é assegurar o respeito ao princípio da amplitude de defesa. O Ministério Público de Pernambuco ainda disponibilizará promotores para todas as sessões designadas.

Em Pernambuco, o município de Jaboatão dos Guararapes foi escolhida para ser a Comarca Enasp. O objetivo é zerar os processos das Metas que tramitam nas duas Varas de Tribunal do Júri da cidade. As unidades foram selecionadas devido ao grande número de ações relativas a crimes dolosos contra a vida. Durante a semana, serão realizados 20 júris na comarca.

A abertura do evento acontece amanhã, às 8h, no Fórum de Jaboatão dos Guararapes, na BR-101, km 80, em Prazeres. Os 442 julgamentos acontecerão em 114 comarcas do Estado e contará com a atuação de 115 magistrados. A ideia é que a Semana Nacional do Júri seja realizada anualmente para destacar a importância do julgamento de crimes dolosos e chamar atenção da sociedade diante da necessidade de se valorizar a vida.

Assunto: Mobilidade urbana – juiz Humberto Vasconcelos

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 16/03/2014

Editoria: CIDADES

Seção:

cidades



➔ **7h50** Humberto sai de casa, de carro, para a estação do metrô



➔ **8h00** Estaciona o carro numa rua próxima à estação



➔ **8h05** Pega o metrô, que, no horário de pico, tem intervalo curto



➔ **8h20** O juiz chega ao TI Recife e segue viagem de ônibus



➔ **8h40** Chega ao destino final. O maior tempo é gasto no ônibus

Rotina de juiz atesta vantagem do sistema

Alheios à indiferença do poder público com a integração carro-transporte coletivo, muitos motoristas deixam seus carros próximo ao metrô e seguem viagem no sistema. As estações de Camaragibe (Linha Centro) e muitas da Linha Sul, como Aeroporto e Tancredo Neves, passam o dia cercadas por automóveis estacionados ao relento, muitas vezes em ruas sem asfalto e até tomadas pelo mato.

Quem usa aprova. Lamenta a falta de estrutura e de uma tarifa integrada carro-metrô, mas aponta a vantagem da integração com o sistema metroviário. O ônibus não é o preferido. Quem possui carro aceita deixar o automóvel para andar de metrô, não de ônibus. A rapidez do sistema sobre trilhos é o atrativo.

E essa prática passa por todas as classes sociais, afinal, a imobilidade atrapalha a todos. O juiz Humberto Vasconcelos, 52 anos, é um exemplo desse incômodo. Há pouco mais de um ano desistiu de

ir de carro para o trabalho, no Centro do Recife, adotando o metrô. O custo de se deslocar de automóvel não é algo limitador para ele. Mas o magistrado cansou dos congestionamentos e decidiu contribuir com a mobilidade da cidade. Um dos muitos carros que passam o dia estacionados próximo à Estação Aeroporto, sob chuva e sol, pertence ao juiz.

“Levava pelo menos 20 minutos só para sair da minha casa e chegar à Avenida Boa Viagem. Depois, enfrentava um trânsito intenso. Era 1h, no mínimo. Cansei. Descobri o metrô e, com ele, passei a viver a cidade, perceber as pessoas. Muitas vezes não vou nem de carro até a estação, caminho. São 15 minutos até o Terminal Recife, depois pego a integração, desço próximo ao trabalho e sigo a pé. Gasto 40, 45 minutos, me movimento, interajo com as pessoas, aprendo e colaboro com a mobilidade. Ganhamos eu e a cidade”.

Assunto: Asas da justiça – juizados especiais

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 16/03/2014

Editoria: OPINIÃO JC

Seção:

opinião JC

Asas da justiça

Dayse de Vasconcelos Mayer

dayse@hotlink.com.br

Parte dos e-mails que recebo discute relações consumeristas. Num deles havia uma indagação: “Por que você só critica o Executivo e o Legislativo e preserva o Judiciário? Tem medo de represálias? Dizem que todo magistrado é desapiedado e vingativo. É verdade?” Os registros são improcedentes. Recentemente o des. Eduardo Augusto Paurá fez uma observação correta: os Juizados Especiais estão superlotados de processos por conta da inconsciência das grandes empresas: planos de saúde, concessionárias, instituições bancárias... Deixou assente que o Estado financia a birra das grandes organizações. Sai mais barato delinquir e pagar ao grupo de corajosos que enfrentam um processo. E o contribuinte perde duas vezes: quando financia os serviços que a justiça presta e quando é lesado.

Recentemente li uma pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça no âmbito dos direitos do consumidor: 36% das pessoas já tiveram direitos transgredidos nos últimos 12 meses. Apenas 27% tomou providência. Ainda ficam 9% desse total. Este grupo remanescente morre na praia. O Judiciário esclarece: há pouco empenho dos órgãos responsáveis pelas questões consumeristas. O Procon invalida o raciocínio. O órgão leva cerca de 40 a 50 dias para resolução das queixas, enquanto o Judiciário age com excesso de morosidade. Sucede que apenas em Pernambuco o número de ações que dizem respeito ao direito do consumidor duplicou entre 2011/2012. A verdade é que o povo

descre generalizadamente das instituições. O Procon funciona mas exerce na realidade função mediadora. Também os Juizados Especiais contam com o auxílio de conciliadores. Todavia a parte forte usa uma estratégia maléfica: envia um menino de recado com o nome de “preposto”. Este só aprende a dizer não a qualquer tipo de sugestão. Compreende-se. São mensageiros ou enviados daquelas empresas que sobrevivem do lucro e de pouca ética. Não acontece com todas. Ainda bem. Infelizmente, quando o Consumidor tem a pouca sorte de contratar com as incorretas, é necessário ter vocação para a agonia. Afinal, qualquer demanda, mesmo pequena, exige sangue-frio. Haverá excesso de espera, raiva, medo e dúvida. E todos acabarão por envelhecer juntos: autor, réu, advogado, juiz, testemunhas, funcionários... Por tudo isso, o Estado deveria criar uma multa significativa para empresas que usam de má-fé ao utilizar os Juizados de Pequenas Causas para obtenção de enriquecimento ilícito com recursos do Estado. Enquanto não houver tal iniciativa, o Consumidor vai esperando o trem que não vem. Confia, especialmente, na chegada daquele dia em que a decisão não mais será atacada por recursos. Sorria! Algumas vezes é imprescindível a execução da sentença. É aí que se escuta a voz harmoniosa de Simone a cantar “começar de novo”, completando sempre que vale a pena amanhecer um novo dia. A grande diferença é que a parte fraca – o consumidor “protegido” – nem sempre contará com as asas seguras da justiça.

© Dayse de Vasconcelos Mayer é escritora

Assunto: Decisão – medicamento para portador de HIV	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 17/03/2014
Editoria: CAPA	Seção:

jornal do  commercio

Paciente com transtornos espera remédio

Estado é obrigado a fornecer medicamento, mas ainda não cumpriu a ordem.  **página 10**

Assunto: Decisão – medicamento para portador de HIV

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 17/03/2014

Editoria: CIDADES

Seção:

cidades

Ricardo B. Labastier/JC Imagem

SOFRIMENTO M.M. aguarda pela medicação fluvoxamina

Estado não fornece remédio a paciente

O Estado de Pernambuco foi condenado pela Justiça a fornecer quatro medicamentos para transtornos psiquiátricos ao paciente M.M., que descobriu ter o vírus HIV em 2005. Embora a decisão tenha sido publicada na terça-feira no Diário Oficial, o Estado ainda não tem disponível uma das medicações: a fluvoxamina, da classe dos antidepressivos.

A Secretaria de Saúde explica que o produto está sendo adquirido pela primeira vez e, por isso, não consta no histórico do sistema, o que demanda tempo para localizar o fornecedor. "Deverá ser adquirida uma quantidade de 360 comprimidos, suficientes para atendê-lo por três meses", diz o comunicado. A expectativa de entrega é de até 25 dias.

O órgão também esclarece que as outras três medicações (quetiapina, risperidona e clonazepam) já estão disponíveis para M.M., que se recusou a recebê-las. "Fiquei com receio de aceitá-las e de não mais receber a fluvoxamina", conta o paciente, que está desempregado e sofre com sintomas da depressão, do transtorno do pânico, do

transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) e da ansiedade generalizada.

O paciente alega que não tem dinheiro para arcar com a terapêutica e que a fluvoxamina é a medicação mais cara que precisa tomar. "Só ela custa R\$ 260 por mês." Juntos, os medicamentos têm custo de R\$ 800 mensal. A Justiça ainda determinou R\$ 1 mil de multa diária para o Estado no caso de descumprimento da sentença. O defensor público João Paulo Guedes Acioly, que acompanha o caso, salienta que o Estado pode estar sujeito a pagar essa quantia no caso da falta da fluvoxamina.

A médica Fabiana Maia Perez, que emitiu o laudo da situação de saúde de M.M. para a ação judicial, explica que o tratamento é fundamental para manter a qualidade de vida do paciente, que já tentou usar várias outras medicações e não obteve boa resposta. "Ele tem respondido bem a esse esquema terapêutico, mas realmente é muito custoso para ele arcar com toda essa despesa. Por isso, solicitamos ao Estado", informa a médica, que reforça a necessidade de tratamento continuado para o paciente.

Assunto: Mutirão de júris começa hoje	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 17/03/2014
Editoria: CIDADES	Seção:

cidades

Mutirão de júris começa hoje

O desafio está lançado. De hoje até sexta-feira, 115 magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco deverão levar a julgamento 442 processos de homicídio doloso (quando há intenção de matar) em tramitação há mais de quatro anos no Estado. A meta é a maior a ser atingida durante a Semana Nacional do Júri, mutirão organizado pelo Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança (Enasp), vinculado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os Estados do Ceará e Paraná vêm na sequência com 336 e 256

processos. A abertura do evento será às 8h, no Fórum de Jaboatão dos Guararapes, em Prazeres, onde ocorrerão 20 júris.

Ao todo, 114 comarcas pernambucanas estarão envolvidas no mutirão, que dará prioridade aos processos de réus presos e os da Meta de Persecução Penal da Enasp, que prevê o julgamento, até outubro deste ano, de todas as ações referentes a crimes dolosos denunciados até o final de 2009.

A tarefa não é simples. Com 208 cargos vagos de juiz, segundo o TJPE, Pernambuco teve uma média

de 182 júris por mês em 2013, ou seja, deve fazer o trabalho de quase três meses em uma semana. Mas, apesar da demanda, no ano passado o Estado foi o segundo que mais julgou ações da Meta Enasp.

DEFESA

A fim de cumprir a meta, mas assegurar o respeito ao princípio da amplitude de defesa dos réus, foi assinado convênio entre o TJPE, a Procuradoria Geral do Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil/Pernambuco e a Defensoria Pública do Esta-

do prevendo indicação, nomeação e remuneração de advogados para atuarem junto à Defensoria Pública. Promotores do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) também acompanharão as sessões.

Esta é a primeira Semana Nacional do Júri, mas a ideia é realizar o evento anualmente. Jaboatão foi escolhido como Comarca Enasp por conta da quantidade de processos em tramitação nas duas Varas de Tribunal do Júri da cidade, que deverão ser zerados. Em todo o País serão mais de 3 mil júris.

Assunto: Gêmeos terão duas mães na certidão	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 15/03/2014
Editoria: CAPA	Seção:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

TERESA MAIA/DP/D.A.PRESS



Gêmeos terão duas mães na certidão

O casal, com pouco mais de um mês de nascido, foi concebido por uma mulher que tem união estável com outra em Pernambuco. VIDA URBANA C3

Assunto: Gêmeos terão duas mães na certidão

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 15/03/2014

Editoria: VIDA URBANA

Seção:

vida urbana

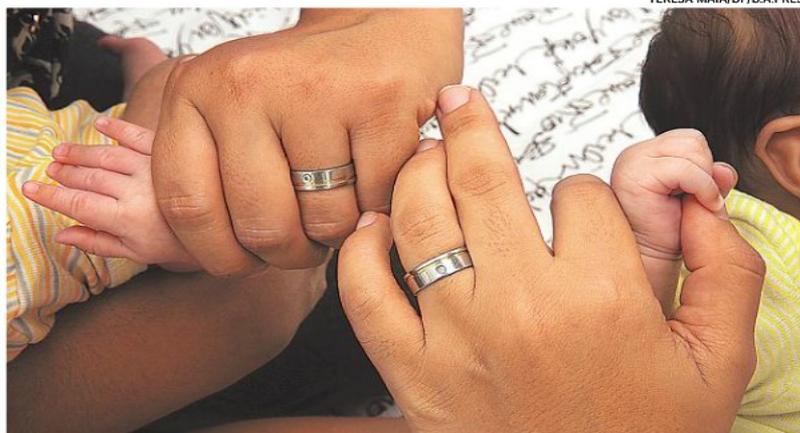
Gêmeos terão nomes de duas mães na certidão

Decisão judicial garantiu a um casal de mulheres o direito de registrar os filhos recém-nascidos

Tem gente que tem duas mães, uma biológica e outra por consideração, mas que não consta na certidão de nascimento. Um casal de gêmeos, com pouco mais de um mês de nascido, no entanto, possui os nomes de duas mães nos registros. As mulheres que protagonizam essa história vivem em união estável há dez anos e decidiram que uma delas engravidaria pelo processo de inseminação artificial para realizarem o sonho da maternidade.

A decisão, inédita no estado, é do juiz da 1ª Vara de Família do Recife, Clécio Bezerra, que já havia proferido sentença polêmica semelhante, porém em favor de um casal homoafetivo masculino.

O magistrado disse que baseou-se na mesma tese defendida no caso dos empresários Maílton Alves e Wilson Alves, o casal homoafetivo que conseguiu registrar os nomes deles como pais de um bebê, em março de 2012. "Não existe legislação que regulamente ou proíba a situação. Com a sentença, busco garantir a dignidade da



Crianças que nasceram no mês passado são filhos de duas mulheres de 39 e 30 anos

pessoa humana, além da proibição de discriminação e o direito que as pessoas têm de ter filhos e planejá-los de maneira responsável", analisou Bezerra.

Na sentença, o juiz lembra que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a existência de mais de um tipo de entidade familiar e que estendeu os mesmos direitos e deveres das uniões estáveis aos que mantêm relação homoafetiva. As duas mulheres, uma de 30 e outra de 39, vivem em Pau-

lista, no Grande Recife e pedem para não ser identificadas. Os gêmeos são os primeiros filhos do casal e nasceram em 6 de fevereiro. Segundo o advogado delas, Gilberto Júnior, o registro das crianças nos nomes das duas mulheres busca garantir direitos no caso de morte de uma das mães. "Elas lembraram do episódio envolvendo a cantora Cássia Eller, cujo filho ficou com a companheira dela depois de uma briga judicial com a família da artista", disse.

Para garantir o direito na Justiça, o casal preparou um requerimento comprovando que vivia em uma relação homoafetiva há mais de dez anos. "Tentamos primeiro uma adoção de uma criança até dois anos, mas a burocracia era muito grande porque somos mulheres. Por isso decidimos pela gravidez dela", disse a mulher de 39 anos. "No futuro, vamos procurar escolas que possuem alunos com mães como nós, para que eles não sofram preconceito", acrescentou.

+ saibamais Outros casos polêmicos

■ Em 2005, o desembargador Sílvio Beltrão concedeu a uma gestante grávida de um feto anencéfalo o direito de abortar por entender que manter a gestação seria uma "lesão à saúde física e psíquica do paciente"

■ Em 2008, o juiz Élio Braz concedeu a adoção de duas irmãs a um casal homoafetivo masculino. Pela primeira vez, um casal de

pessoas do mesmo sexo entrou conjuntamente com o pedido no ao Cadastro Nacional de Adoção

■ Em 2012, um casal de homens registrou um filho legítimo após decisão do juiz Clécio Bezerra. Os dois pais cederam espermatozoides para um banco de óvulos de uma clínica no Recife e a gestação ocorreu no útero de uma prima de um deles

■ Em 2013, o desembargador Jones Figueirêdo publicou um provimento que prevê que o homem que desejar registrar como seu um filho não biológico, com quem já convive de forma afetiva, já pode fazê-lo nos cartórios de registro civil estado

■ Em 2013, uma mulher de 32 anos conquistou o direito de ter o nome de dois pais na certidão de

nascimento. Apesar de adotada, ela sempre manteve contato com o pai biológico, que não era citado na certidão. A decisão foi do juiz Clécio Bezerra

■ Este ano, em ação inédita por parte do TJPE, a corte de desembargadores reconheceu a união estável entre um homem e duas mulheres para fins de distribuição de bens

Assunto: Gêmeos terão duas mães na certidão – A sentença	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 15/03/2014
Editoria: VIDA URBANA	Seção: diariourbano

vidaurbana

A sentença

Bem fundamentada, bem escrita e, sobretudo, de uma lucidez rara e necessária, nos dias de hoje, foi a sentença do juiz da 1ª Vara de Família do Recife Clicerio Bezerra, em favor do casal de mulheres que teve filhos gêmeos trazidos à luz por inseminação artificial. Ao conceder a dupla maternidade, o juiz escreveu: "Em um mundo onde incontáveis pequenos seres humanos são privados do despertar de sentimentos nobres como o amor, o afeto, agraciados são aqueles aos quais é permitida uma convivência saudável, verdadeira, edificante, experimentada no cotidiano em família. Há que se resignificar a realidade social. Traçar novos paradigmas". Ou seja, uma medida em favor da família - pelo papel fundamental na formação do caráter e da personalidade do indivíduo - não importando que natureza ela tenha.

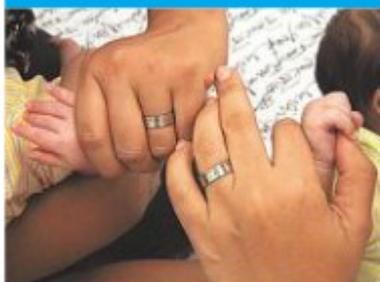
Assunto: Gêmeos terão duas mães na certidão	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 16/03/2014
Editoria: A SEMANA	Seção: domingo

a semana

sábado

JUSTIÇA

Mães de direito



Um casal de mulheres conseguiu o direito de registrar com seus nomes os gêmeos gestados por uma delas. A autorização foi concedida pelo juiz da 1ª Vara de Família do Recife, Clécio Bezerra.



Assunto: Mulheres na luta	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 16/03/2014
Editoria: A SEMANA	Seção: domingo

a semana

RICARDO FERNANDES/DP/D.A PRESS

VERMELHO

Mulheres na luta

Um rastro de tinta na escadaria do prédio do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e lambelões espalhados nas paredes da Zona Norte e do Centro foram o resultado do protesto de 400 mulheres da Via Campesina a favor da reforma agrária e contra a violência no campo.



Assunto: Semana do Júri em Pernambuco prevê julgamento de 447 processos criminais

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 16/03/2014

Editoria: COTIDIANO

Seção:

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Abertura do evento acontece em Jaboatão

Semana do Júri em Pernambuco prevê julgamento de 447 processos criminais

■ **CONSELHO**
Nacional de Justiça promove mutirão para adiantar procedimentos em 116 comarcas do Estado

Folha resume

De amanhã até a próxima sexta-feira, a Semana Nacional do Júri em Pernambuco inicia um trabalho para acelerar o julgamento de processos antigos, cujos réus ainda estão presos. Durante o esforço, 447 processos de crimes contra a vida serão concluídos.

RENATA COUTINHO

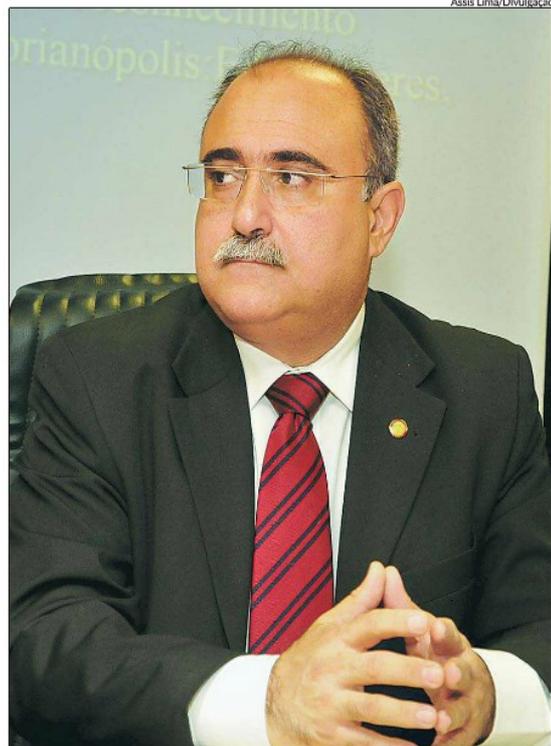
Realizar o trabalho de três meses em cinco dias. Essa é a meta da Semana Nacional do Júri em Pernambuco, que começa nesta segunda-feira e segue até a próxima sexta-feira. A iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Esnasp) pretende dar celeridade a processos antigos e aqueles com réus presos. No Estado, o mutirão levará a julgamento 447 processo de crimes contra a vida, em 116 comarcas espalhadas por todo o território. A abertura do evento acontecerá às 8h, no Fórum de Jaboatão dos Guararapes, no bairro de Prazeres, Região Metropolitana do Recife. Ele foi escolhido como co-

marca do Esmap.

O desembargador Alexandre Assunção destacou que o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) montou uma grande operação para que todos os procedimentos selecionados sejam concluídos dentro dos cinco dias de ação. "É um esforço grande do TJPE, uma vez que apenas 57 comarcas contam com juízes próprios", contou. Hoje, Pernambuco tem 208 cargos vagos para juiz, mas, mesmo assim, será o estado onde ocorrerão mais julgamentos durante o evento: 17% do total agendado no País. Nesse arranjo, para fazer a ação dar certo, foram convocados 126 magistrados que se distribuirão da Capital ao Sertão. O de-

sembargador frisou, ainda, a articulação com a Procuradoria Geral do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB seccional Pernambuco), e Defensoria Pública, para que o evento possa desafogar o grande volume de processos. "Serão 132 promotores, 32 defensores e houve também um convênio com a OAB que vai disponibilizar 40 advogados", disse. O objetivo é assegurar o princípio à ampla defesa dos réus.

O coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminal (Caop Criminal), procurador de Justiça Antônio Carlos Cavalcanti, elogiou a iniciativa do mutirão, mas aproveitou para fazer algumas críticas à con-



Assis Lima/Divulgação

DESEMBARGADOR Alexandre Assunção parabenizou o esforço do Tribunal de Justiça

dução dos processos. Segundo ele, a Semana do Júri evidencia as fragilidades do sistema judicial, principalmente no quesito de déficit de profissionais. "Se não fosse a OAB não teríamos os júri porque há poucos defensores no Estado", comentou. Ainda de acordo com ele, o mutirão é um remédio que não cura o abarrotamento de processos que se acumulam nas comarcas. "Os velhos (processos), que estavam há muito

tempo serão julgados agora, e os novos vão ficar velhos até que sejam apreciados", lamentou. "O tripé judiciário precisa de oxigenação e equilíbrio e contingente", afirmou a defensora geral do Estado, Marta Freire, sobre a situação do TJPE, Ministério Público e Defensoria. O déficit na instituição que comanda é 150 profissionais. Atualmente o quadro conta com 251 defensores, mas destes apenas 40 são aptos a fazerem júri.

Saiba mais

NECESSIDADE - Pernambuco conta com aproximadamente 410 juízes em atuação, mas o ideal é que fossem cerca de 600. O Tribunal aguarda 70 novos magistrados aprovados no último concurso e que devem ser nomeados até abril

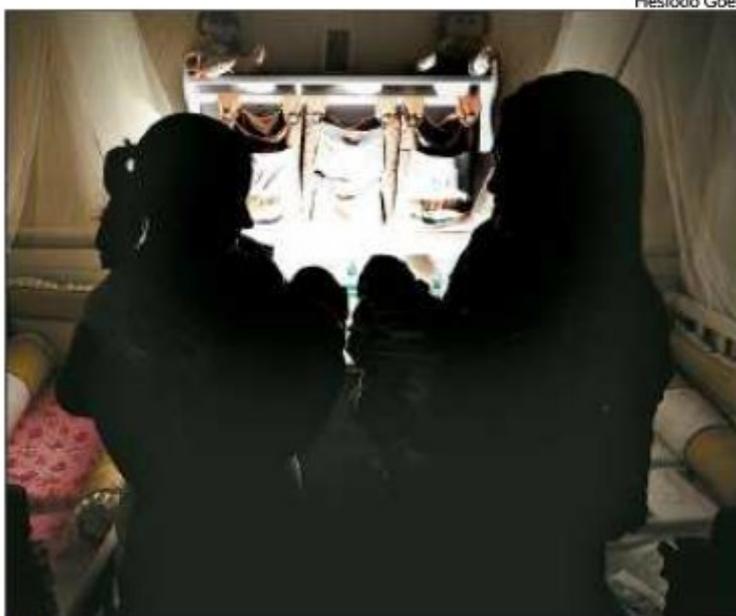
Assunto: Justiça reconhece filhos de casal de mulheres	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 15/03/2014
Editoria: CAPA	Seção:

FOLHA
DE PERNAMBUCO

> **Vitória**

Justiça reconhece filhos de casal de mulheres

Hesfodo Góes



ELAS conceberam gêmeos via inseminação artificial e obtiveram o direito de colocar seus nomes nas certidões dos bebês Cotidiano > Pág. 4

Assunto: Justiça reconhece filhos de casal de mulheres

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 15/03/2014

Editoria: COTIDIANO

Seção:

Cotidiano

Justiça vence o preconceito

Gêmeos têm os nomes de duas mães nos registros

■ **CASAL** homoafetivo conseguiu, na Vara da Família do Recife, o reconhecimento e o direito de formar uma família feliz

O quarto, todo preenchido nas cores marrom, branco e com detalhes dourados nas paredes anuncia um sonho que vinha sendo planejado há quatro anos, quando elas decidiram, enfim, formar uma família. As crianças, de apenas um mês de vida, foram concebidas em uma inseminação artificial e geradas no útero de uma das

mães. "É uma delícia ser mãe. É uma sensação única e só sabe quem tem o privilégio de dar a luz. Sem dúvidas, eles vieram para firmar nossos laços e preencher o vazio que existia com um amor incondicional", declarou a bancária M.A., 30 anos. O casal converteu em uma união estável em casamento civil no ano passado.

"Quando soubermos que era um casal de gêmeos de sexos diferente, demos vários pulos de alegria, já que ela (a mãe) sempre quis uma menina e eu, um menino", contou a companheira, que também não quis se identificar. O juiz destacou a existência de mais de um tipo de entidade familiar e que os direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis são iguais, sendo a relação hé-

PRISCILLA COSTA

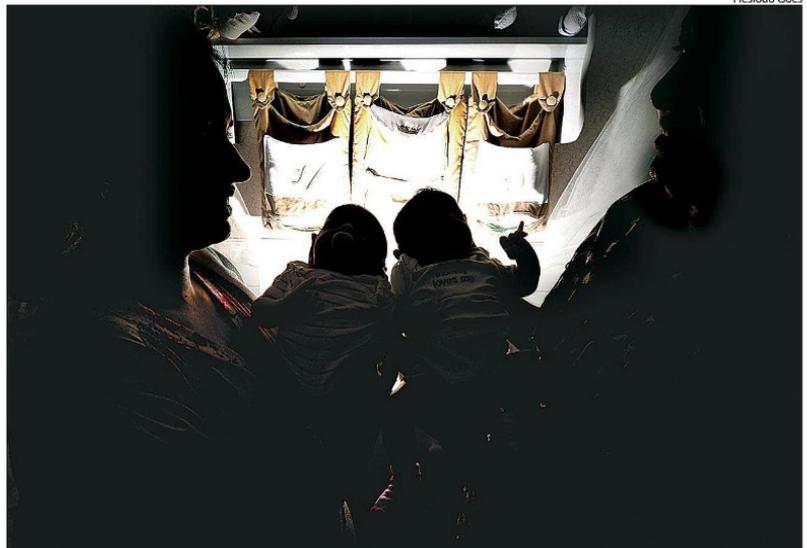
Essa não é uma simples história de amor. É uma história que fala do amor entre duas mulheres, que após 11 anos juntas, comemoraram a dupla maternidade com um sorriso largo no rosto. Após trâmite judicial, de apenas 15 dias, elas conseguiram conquistar o direito de ter seus nomes nos registros de nascimento dos seus filhos, um casal de gêmeos formado por uma menina e um menino. A conquista, proferida pelo juiz da 1ª Vara de Família do Recife, Clícério Bezerra, entra como segundo caso só no Estado.

Os pequenos D. e L. chegaram ao mundo no último dia 6 de fevereiro, medindo 49 e 53 centímetros, respectivamente.

Paulilo Almeida



TEREZA está ansiosa pela chegada do novo irmãozinho



Heslodo Goes

AS CRIANÇAS D. e L. chegaram ao mundo no último dia seis de fevereiro medindo 49 e 53 centímetros

Folha resume

Pela segunda vez em Pernambuco, um casal formado por pessoas do mesmo sexo consegue registrar os próprios nomes na certidão de nascimento dos filhos. Desta vez, duas mulheres, em apenas 15 dias, conseguiram o consentimento judicial e estão curtindo o dia a dia de serem mães.

tero ou homoafetiva.

Para a genitora, o plano de ter novos filhos não deve parar por aí. Segundo ela, mais seis óvulos ficaram congelados na clínica, onde foi realizada a inseminação artificial. "Estou disposta a ter mais filhos, porém, ainda vamos decidir num futuro bem longo. Por enquanto,

toda a atenção e amor vão para D. e L. Os óvulos esperam", brincou. "Antes de nos decidimos sobre a inseminação, pensamos em adotar, mas acabamos desistindo, visto que o processo é bastante burocrático", complementou.

"Hoje eu vejo o quanto toda a forma de amor é válida. Elas

se dão muito bem e o que Deus uniu, homem nenhum separa. Apoio minha filha e minha nora e agora, que me deram dois netinhos, o coração não aguenta de tanta felicidade", declarou uma das avós maternas. "O que elas alcançaram, foi um marco na luta pelos direitos iguais, independentemente da opção sexual", comemorou.

Os nomes dos bebês, que por enquanto, estão sob sigilo, devem ser anunciados quando eles completarem o primeiro ano de vida. No mais, apenas familiares e os amigos próximos têm acesso aos pequenos. "Infelizmente, a sociedade é machista e preconceituosa, mas pretendemos mostrá-los na festinha de aniversário de um ano deles", adiantou uma das mães.

Saiba mais

CELERIDADE - Para o casal de mulheres, o caso teve uma maior rapidez. O juiz que proferiu a sentença, Clícério Bezerra, foi o mesmo que concedeu o direito a Mailton e Wilson o que, para elas, pode ter contribuído positivamente. "Ele é um homem muito humano. Por ter pego um caso semelhante, ele agiu com boa vontade", acreditou uma das mães.

CONVITE - O advogado Gilberto Junior, que esteve à frente do caso, recebeu o convite para ser o padrinho dos gêmeos.

Mais um filho está a caminho do lar

Em 29 de janeiro de 2012, nasceu Maria Tereza. A partir de então, o casal de empresários Mailton Albuquerque, 37, e Wilson Albuquerque, 42, entrou na Justiça com um pedido de registro indicando a culpa paterna e o judiciário reconheceu o pedido. Direito conquistado e na certidão de nascimento da pequena, que hoje tem 2 anos e 3 meses, consta a filiação dos pais.

Com o documento em mãos, os pais de Tereza eram só felicidade. Eles disseram que, na época, ao ter a certidão emitida a sensação foi de justiça, por ser garantia de proteção, já que ela é herdeira por direito.

Passado dois anos, hoje, eles esperam a vinda de mais um herdeiro: o pequeno Theo, que, em grego, significa 'Deus Supremo'. De acordo com

Mailton, ele deve chegar ao mundo em junho deste ano. "A experiência foi tão boa, que resolvemos retornar. A relação com um filho amadurece um casal e, dessa vez, o pai biológico é Wilson. Não é justo só eu ter trazido um filho ao mundo", disse. Hoje, eles contam com a participação de uma amiga, que carrega a criança na barriga há, pelo menos, seis meses, através de uma

fertilização in vitro.

Conforme Mailton, a pequena Maria Tereza está na expectativa pelo nascimento do irmão. "Ela até separou o ursinho que ele vai brincar. Toda a família está ansiosa pelo nascimento de Theo, principalmente, a de Wilson, já que ele vai ser o primeiro neto homem da parte familiar dele. Criar um menino, sem dúvidas, será uma nova experiência".

Assunto: Mutirão para julgamento de crimes dolosos contra a vida no TJPE	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:



Mutirão para julgamento de crimes dolosos contra a vida no TJPE

Esta semana, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) julga 442 processos relacionados a crimes dolosos contra a vida. A ação acontece durante a Semana Nacional do Júri. A abertura do evento será nesta segunda-feira (17), às 8h, no Fórum de Jaboatão dos Guararapes, localizado na BR-101, Km 80, em Prazeres. Os julgamentos acontecerão em 114 Comarcas do estado e contará com a atuação de 115 magistrados.

Apesar dos 208 cargos vagos de juiz, Pernambuco é o estado onde mais ocorrerão julgamentos durante o evento, que segue até o dia 21 de março, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O número de sessões previstas para a próxima semana corresponde a 17% do total agendado em todo o país, aproximadamente 2,6 mil sessões do Tribunal do Júri, e equivale a 20% dos júris realizados em 2013 pelo TJPE.

Assunto: Justiça concede autorização para que gêmeos sejam registrados por duas mães	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:



Justiça concede autorização para que gêmeos sejam registrados por duas mães



Bebês nasceram em fevereiro deste ano, graças a uma inseminação artificial, e foram gerados no útero de uma das mulheres com sêmen de um doador desconhecido. Foto: Teresa Maia/DP/D.A.Press

Um casal de mulheres, companheiras há mais de 10 anos, conseguiu na Justiça o direito de ter seus nomes nos registros de nascimento de duas crianças, um casal de gêmeos, gestadas por uma delas. A autorização para o registro no qual constam os nomes das duas mães foi concedida pelo juiz da 1ª Vara de família do Recife, Clicério Bezerra. Assim, os gêmeos possuem duas mães e quatro avôs maternos.

Os bebês nasceram em fevereiro deste ano, graças a uma inseminação artificial, e foram gerados no útero de uma das mulheres com sêmen de um doador desconhecido. A decisão foi proferida no dia 20 de fevereiro. Na sentença, o juiz destacou a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconhece a existência da entidade familiar formada por casais homoafetivos e, conseqüentemente, concede os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis àqueles que vivem com companheiros do mesmo sexo.

O magistrado também ressaltou a necessidade de se traçarem novos paradigmas no âmbito jurídico com relação aos direitos dos casais homossexuais. “Em um mundo onde incontáveis pequenos seres humanos são privados do despertar de sentimentos nobres, como o amor, o afeto, agraciados são aqueles aos quais é permitida uma convivência saudável, verdadeira, edificante, experimentada no cotidiano em família. Há que se resignificar a realidade social. Traçar novos paradigmas”, escreveu o juiz na sentença.

Assunto: Acusados da morte de médico vão a júri popular	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:



Acusados da morte de médico vão a júri popular

Começa nesta segunda-feira o julgamento dos quatro acusados do assassinato do médico Mavíael Meneses de Almeida. A sessão acontece no Fórum Casa da Justiça Professor Aníbal Bruno, situado no loteamento Dom Acácio Rodrigues Alves, Quilombo II.

Os trabalhos devem seguir até a próxima sexta-feira, dentro da pauta programada para a Semana Nacional do Tribunal do Júri. O julgamento será presidido pela juíza Hydia Landim, da Vara Criminal de Palmares.

De acordo com denúncia oferecida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), os réus José Laudiano do Nascimento, Antônio José da Silva Neto, Ednaldo dos Santos e Antônio Agostinho Alves Muniz Filho são acusados de homicídio duplamente qualificado (pagamento ou promessa de recompensa e impossibilidade de defesa da vítima). Antônio Agostinho é apontado como o mandante do crime.

O médico foi assassinado a facadas em junho de 2012, no município de Palmares, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Ainda segundo a denúncia, os acusados Ednaldo dos Santos, Antônio Agostinho e José Laudiano ainda tentaram ocultar o corpo da vítima, jogando-o em um riacho localizado às margens da PE-096, no município de Barreiros.

No julgamento, o MPPE será representado pelo promotor Frederico Guilherme de Fonseca Magalhães. O Ministério convocou 14 pessoas para serem ouvidas como testemunhas de acusação no júri.

Assunto: Semana Nacional do Juri	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO



EM 114 COMARCAS

Semana Nacional do Júri agenda 442 julgamentos em Pernambuco

👍 3

Assunto: Semana Nacional do Juri	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO



Semana Nacional do Júri agenda 442 julgamentos para Pernambuco

Evento começa nesta segunda (17), em 114 comarcas do estado. Jaboatão dos Guararapes foi cidade escolhida para zerar processos.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) agendou o julgamento 442 processos relacionados a crimes dolosos contra a vida durante a Semana Nacional do Júri, que começa nesta segunda-feira (17). Os julgamentos acontecerão em 114 comarcas do estado e contarão com a atuação de 115 magistrados.

A abertura do mutirão ocorre às 8h, no Fórum de [Jaboatão dos Guararapes](#), na Região Metropolitana do Recife, e a iniciativa segue até o dia 21 de março. O número de audiências previstas para a Semana corresponde a 17% do total de 2,6 mil sessões do Tribunal do Júri agendadas em todo o País, e equivale a 20% dos júris realizados em 2013 pelo TJPE.

O Tribunal, a Procuradoria Geral do Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco e a Defensoria Pública do Estado assinaram um convênio que prevê a indicação, nomeação e remuneração de advogados para atuarem supletivamente à Defensoria Pública, na defesa de réus submetidos ao júri. A ideia é assegurar o respeito ao princípio da amplitude de defesa. O Ministério Público de Pernambuco também é parceiro no evento e disponibilizará promotores para todas as sessões designadas.

A Semana Nacional do Júri foca em ações de réus presos e ações que entraram na Justiça há mais de quatro anos, no intuito de cumprir a meta de persecução penal estabelecida pelo Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). A meta estipula que o Judiciário terá de julgar, até outubro deste ano, 80% dos crimes dolosos contra a vida que tiveram a denúncia recebida até 31 de dezembro de 2009.

Em Pernambuco, Jaboatão foi escolhida para ser a Comarca Enasp para zerar os processos das metas que tramitam nas duas Varas de Tribunal do Júri da cidade. As unidades foram selecionadas devido ao grande número de ações relativas a crimes dolosos contra a vida. Durante a Semana, serão realizados 20 júris na Comarca.

Assunto: Palmares - Julgamento de réus suspeitos de matar médico	
Veículo: G1 Pe Caruaru e Região	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO
CARUARU E REGIÃO



Julgamento de réus suspeitos de matar médico tem início, em Palmares

Júri popular está previsto para terminar na próxima sexta-feira (21). MPPE convocou 14 pessoas para serem ouvidas como testemunhas.



Médico Mavíael Menezes foi assassinado em Palmares. (Foto: Reprodução / TV Globo)

Tem início nesta segunda-feira (17) e deve seguir até a sexta (21) o julgamento dos quatro suspeitos de assassinar o médico Mavíael Menezes de Almeida. O júri popular será presidido pela juíza Hydia Landim, da Vara Criminal de [Palmares](#), na Mata Sul pernambucana.

De acordo com a assessoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), uma denúncia oferecida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) aponta os réus como suspeitos de homicídio duplamente qualificado, quando há pagamento de recompensa e impossibilidade de defesa da vítima. Um deles, um policial militar de Alagoas, é suspeito de ser o mandante do crime.

Segundo a juíza Hydia Landim, primeiro serão ouvidas as testemunhas. "Um perito estará presente para ajudar no esclarecimento. Depois, será a vez dos réus serem ouvidos. Em seguida, o julgamento segue com a acusação, e logo após a defesa, seguindo o debate", explica. Ainda de acordo com a juíza, os júris ficarão hospedados em um hotel da cidade. "Foram reservados oito quartos. Eles ficarão incomunicáveis. Dois oficiais de justiça e policiais militares estarão no local", diz.

O julgamento ocorre no Fórum Casa da Justiça Professor Aníbal Bruno. A sessão integra as ações da Semana Nacional do Júri, a qual o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) agendou o julgamento 442 processos relacionados a crimes dolosos contra a vida. Na sessão, o MPPE será representado pelo promotor de Justiça Frederico Guilherme de Fonseca Magalhães. O Ministério convocou 14 pessoas para serem ouvidas como testemunhas de acusação no júri.

Entenda o caso

O médico foi assassinado no dia 29 junho de 2012, em Palmares. O corpo da vítima foi encontrado no dia 1º de julho daquele ano sobre uma pedra no Rio Jundiá, na zona rural de Barreiros, também na Mata Sul. O médico estava coberto com uma lona. O corpo apresentava várias perfurações de objeto cortante e de arma de fogo. Mavíael Menezes era especialista em saúde pública e medicina do trabalho e estava morando em Palmares.

Assunto: Palmares - Julgamento de réus suspeitos de matar médico	
Veículo: folhape.com.br	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:



Acusados de assassinar médico em Palmares vão a julgamento nesta segunda

Maviael Meneses foi morto a facadas no dia 29 de junho de 2012

Começa nesta segunda-feira (17), às 9h, no Fórum Casa da Justiça Professor Aníbal Bruno, em Palmares, Zona da Mata Sul, o primeiro dia do julgamento dos suspeitos de terem assassinado o médico Maviael Meneses de Almeida, no dia 29 de junho de 2012. O veredicto deve ser anunciado na próxima sexta-feira (21).

Segundo a denúncia oferecida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), os réus José Laudiano do Nascimento, Antônio José da Silva Neto, Ednaldo dos Santos e o ex-soldado da Polícia Militar, Antônio Agostinho Alves Muniz Filho - considerado o mandante intelectual do crime -, são acusados de homicídio duplamente qualificado (pagamento ou promessa de recompensa e impossibilidade de defesa).

Maviael, que na época tinha 52 anos, foi assassinado a facadas no dia 22 de junho de 2012, no município de Palmares. Ednaldo, Antônio José e José Laudiano ainda tentaram ocultar o corpo da vítima, jogando-o em um riacho localizado às margens da PE-096, em Barreiros. Conforme as investigações da Polícia Civil, o ex-soldado pagou R\$ 15 mil para que o trio matasse o médico. O intuito dele era receber o seguro de vida da vítima, bem como se tornar dono de uma das clínicas pertencentes à vítima. O médico e Antonio eram companheiros.

Foram arroladas 14 pessoas para serem ouvidas como testemunhas de acusação no júri. A sessão, que vai integrar a pauta programada para a Semana Nacional do Tribunal do Júri, será presidida pela juíza Hydia Landim, da Vara Criminal de Palmares.

Assunto: Semana Nacional do Juri	
Veículo: folhape.com.br	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:



Semana do Júri começa nesta segunda

Ação vai levar a julgamento 442 processos de crimes dolosos contra a vida

A Semana Nacional do Júri, organizada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), vai levar a julgamento 442 processos relacionados a crimes dolosos contra a vida. A ação começa nesta segunda-feira (17) e segue até a próxima sexta-feira (21) em 114 Comarcas do Estado e contará com a atuação de 115 magistrados. A abertura do evento é às 8h, no Fórum de Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife (RMR).

O número de sessões previstas para ocorrer na próxima semana é de 17% do total agendado em todo o país, aproximadamente 2,6 mil sessões do Tribunal do Júri. Isso equivale a 20% dos júris realizados em 2013 pelo TJPE. Apesar dos 208 cargos vagos de juiz, Pernambuco é o Estado onde mais ocorrerão julgamentos durante o evento de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Assunto: Semana Nacional do Juri	
Veículo: NE 10	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:



Mutirão para julgar processos antigos começa nesta segunda



Ao todo, 438 processos devem ser julgados a partir desta segunda (17)

Foto: Marcos Michael/JC Imagem

Inicia nesta segunda-feira (17) a Semana Nacional do Júri. O Ministério Público de Pernambuco vai reunir 132 promotores em 112 unidades judiciárias para julgar 438 processos antigos. Serão analisadas denúncias recebidas até 31 de dezembro de 2009. A ação vai até o dia 21 de março e contemplará 108 comarcas.

“Foi uma recomendação do MPPE que seja feito um evento desse tipo por ano. Para dar conta de todos os processos em pauta, o Ministério Público pernambucano deve convocar os promotores de Justiça para suprir a falta nas comarcas” explica o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminal (Caop Criminal), procurador de Justiça Antônio Carlos Cavalcanti.

Em Pernambuco, são apenas quatro as comarcas com processos aptos, mas que não haverá julgamentos: Agrestina, Alagoinha, Itaquitinga e Jataúba. E tem apenas 36 comarcas que não possuem processos para serem levados a júri. A iniciativa é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) e deve realizar sessões não apenas em Pernambuco, mas em todo o país.

Assunto: Decisão - Dupla maternidade	
Veículo: jconline.com.br	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Dois filhos, duas mães e uma vitória

Casal de mulheres obtém na Justiça direito à dupla maternidade dos gêmeos filhos de uma dela

Elas estão juntas há 11 anos, moram sob o mesmo teto há 10 e estão casadas desde o ano passado. O amor, de tão grande, não cabia mais nas duas. A decisão de ter um filho foi compartilhada e ignorou o preconceito que uma relação homoafetiva ainda provoca. M.S., 30 anos, tinha o sonho de engravidar; M.O., 39, preferia a adoção. Uma queria menina; a outra, menino. Chegaram ao consenso de que realizariam inseminação artificial e M.S. seria a gestante. O destino terminou de equacionar as diferenças: tiveram gêmeos, um bebê de cada sexo. E o Judiciário botou no papel o que a vida já havia carimbado: duas mães. O juiz da 1ª Vara de Família do Recife, Clicério Bezerra, concedeu a dupla maternidade ao casal em decisão inédita em Pernambuco, proferida em 20 de fevereiro.

As crianças foram concebidas através de fertilização in vitro, com material genético de M.S. e sêmen doado por homem não identificado, proveniente de banco de armazenamento. Os bebês nasceram no dia 6 do mês passado no Hospital Santa Joana. A partir daí, as mulheres, que moram no Janga, em Paulista, procuraram a Justiça para conseguir a dupla maternidade. Na petição, apresentaram escritura de declaração de união estável, declaração do Centro de Reprodução Humana, resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) e as declarações de nascidos vivos.

“Tudo ocorreu na esfera administrativa, sem ter sido necessária a propositura de ação judicial. Em menos de uma semana, já tivemos uma decisão”, explicou Clicério. O Ministério Público, por meio da promotora Izamar Ciríaco, deu parecer favorável. Na sentença, obtida pela reportagem, o juiz explicou o que motivou sua posição, ressaltando jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). “As requerentes, as quais mantêm uma relação homoafetiva há mais de 10 anos, buscam converter um vínculo precário, em que, teoricamente, apenas uma poderia ter a maternidade reconhecida com base na consanguinidade, para um vínculo institucionalizado, no qual as duas poderão ter a maternidade simultaneamente reconhecida, com alicerce na afetividade e na aplicação da mais moderna hermenêutica jurídica”, escreveu. “Numa sociedade democrática, na qual o pluralismo e a convivência harmônica dos contrários devem subsistir, não há espaço para prevalência de normas jurídicas que conduzam a interpretações polissêmicas e/ou excludentes dos direitos de minorias”, acrescentou.

Diante da decisão, o registro de nascimento dos gêmeos aparece com duas mães na filiação, além de quatro avós maternos. O advogado Gilberto Júnior, que representa o casal, disse que a mulher que gestou as crianças se encontra em licença-maternidade e que a outra também teria direito ao benefício, mas preferiu continuar trabalhando.

Assunto: Palmares - Julgamento de réus suspeitos de matar médico	
Veículo: jconline.com.br	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Acusados da morte de médico vão a júri popular a partir desta segunda-feira

Crime ocorreu em junho de 2012. médico Maviael Meneses de Almeida foi morto a facadas e teve o corpo jogado em um riacho

Tem início nesta segunda-feira (17) o julgamento dos quatro acusados de matar o médico Maviael Meneses de Almeida, crime ocorrido em junho de 2012, em Palmares, Mata Sul de Pernambuco. A sessão começará às 9h e a previsão é que se estenda até sexta-feira (21). A sessão integrará a pauta programada para a Semana Nacional do Tribunal do Júri. O julgamento será presidido pela juíza Hydia Landim, da Vara Criminal de Palmares.

Serão julgados José Laudiano do Nascimento, Antônio José da Silva Neto, Ednaldo dos Santos e Antônio Agostinho Alves Muniz Filho. Eles são acusados de homicídio duplamente qualificado (pagamento ou promessa de recompensa e impossibilidade de defesa da vítima). Antônio Agostinho é apontado como o mandante do crime. Ainda segundo a denúncia, os acusados Ednaldo dos Santos, Antônio Agostinho e José Laudiano ainda tentaram ocultar o corpo da vítima, jogando-o em um riacho localizado às margens da PE-096, no município de Barreiros.

No julgamento, o MPPE será representado pelo promotor Frederico Guilherme de Fonseca Magalhães. O Ministério convocou 14 pessoas para serem ouvidas como testemunhas de acusação no júri.

Assunto: Semana Nacional do Juri	
Veículo: jconline.com.br	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:



CNJ faz mutirão de julgamentos em Pernambuco

Na Semana Nacional do Júri, Pernambuco realizará 422 julgamentos de crimes dolosos, o equivalente a 20% do total de 2013

A partir desta segunda-feira (17) amanhã e até a sexta-feira (21), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove a Semana Nacional do Júri – período em que ocorrerão cerca de 3 mil sessões do Tribunal do Júri em todo o País. Só no Estado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) levará a julgamento 442 processos relacionados a crimes dolosos (quando há intenção de matar) contra a vida. Esse número equivale a 20% dos 2.183 júris realizados em 2013 pelo TJPE e corresponde a 17% do total em todo o Brasil.

Esses percentuais tornam o Estado líder em relação ao número de julgamentos durante o evento, apesar dos 208 cargos vagos de juiz em Pernambuco. Essa posição é explicada pelo fato de o Estado despontar entre os mais violentos do País, segundo o Mapa da Violência 2013, do Centro de Estudos Latino-Americanos (Cebela). Em segundo lugar, vem o Ceará, com 336 de processos de homicídios dolosos. Em terceiro, está o Paraná, com 256 julgamentos.

É a primeira vez que o CNJ e o Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) realizam a Semana Nacional do Júri, considerada uma espécie de mutirão com foco nos homicídios cometidos há mais de quatro anos e que até hoje não foram julgados. Essa segmentação tem como propósito cumprir a Meta de Persecução Penal estabelecida pelo Comitê Gestor da Enasp. A determinação é que o Judiciário terá de julgar, até outubro deste ano, 80% dos crimes dolosos contra a vida que tiveram a denúncia recebida até 31 de dezembro de 2009.

O desembargador Alexandre Assunção, gestor da Meta 4 Enasp em Pernambuco, avalia que a realização dos processos é um desafio para o Estado. “No ano passado, realizamos uma média de 182 júris por mês. Se, numa semana, conseguirmos dar conta dos 442 julgamentos, teremos o equivalente a quase três meses de trabalho. Será um avanço”, frisa.

Para a meta dos processos ser cumprida, o TJPE, a Procuradoria Geral do Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil/Pernambuco e a Defensoria Pública do Estado também assinaram um convênio que prevê a indicação, nomeação e remuneração de advogados para atuarem junto à Defensoria Pública, na defesa de réus submetidos ao júri. O objetivo dessa parceria é assegurar o respeito ao princípio da amplitude de defesa. O Ministério Público de Pernambuco ainda disponibilizará promotores para todas as sessões designadas.

Em Pernambuco, o município de Jaboatão dos Guararapes foi escolhida para ser a Comarca Enasp. O objetivo é zerar os processos das Metas que tramitam nas duas Varas de Tribunal do Júri da cidade. As unidades foram selecionadas devido ao grande número de ações relativas a crimes dolosos contra a vida. Durante a semana, serão realizados 20 júris na comarca.

A abertura do evento acontece nesta segunda (17), às 8h, no Fórum de Jaboatão dos Guararapes, na BR-101, km 80, em Prazeres. Os 442 julgamentos acontecerão em 114 comarcas do Estado e contará com a atuação de 115 magistrados. A ideia é que a Semana Nacional do Júri seja realizada anualmente para destacar a importância do julgamento de crimes dolosos e chamar atenção da sociedade diante da necessidade de se valorizar a vida.

Assunto: Torcidas organizadas	
Veículo: jconline.com.br	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Ação que tramitava desde 2012 na 5ª Vara da Fazenda é remetida ao MPPE

Processo prevê a proibição das organizadas nos estádios e a posterior extinção das mesmas

Parada na 5ª Vara da Fazenda Pública do Recife desde setembro de 2012, a ação civil pública que pede a proibição das torcidas organizadas dos estádios da Região Metropolitana do Recife e a posterior extinção das mesmas foi remetida pelo juiz Edvaldo Palmeira, antontem, ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Agora o MPPE terá 10 dias para se pronunciar sobre a defesa das partes envolvidas no processo (Náutico, Sport, Santa Cruz, Fanático, Torcida Jovem, Inferno Coral, CBF, FPF e o Estado).

O magistrado declarou ainda que a ação vai correr à revelia dos clubes rubro-negro e tricolor e das três uniformizadas, que não apresentaram defesa depois da citação. Os cinco só terão esse direito novamente após recorrerem, em caso de uma sentença negativa. Já o clube alvirrubro, a FPF, a CBF e o Estado apresentaram suas defesas e, com isso, continuarão a ser citados normalmente nas próximas fases da ação.

Já a segunda ação do MPPE, protocolada na última terça-feira (11), cujo objeto também é a suspensão e término das organizadas que tramitava no Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor (Jetep), ainda está sendo encaminhada à 5ª Vara da Fazenda Pública. A peça não pode ser julgada pelo juiz Aílton Alfredo, que está à frente do Jetep, justamente por causa da existência desse primeiro processo.

Assunto: Conselheiros participarão de atividades da Semana Nacional em 9 estados e no DF	
Veículo: CNJ	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:



Conselheiros participarão de atividades da Semana Nacional em 9 estados e no DF

Os conselheiros Guilherme Calmon, Gilberto Martins, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci, Ana Maria Amarante, Luiza Cristina Frischeisen e Paulo Teixeira vão representar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nas atividades da Semana Nacional do Júri, força-tarefa que vai mobilizar os 27 Tribunais de Justiça para o julgamento de cerca de 3,3 mil ações penais relativas a crimes dolosos (com intenção) contra a vida.

O conselheiro Guilherme Calmon participará da solenidade de abertura da Semana Nacional do Júri no Rio de Janeiro, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), na segunda-feira (17/3), às 10 horas, no Fórum Central. Calmon assistirá às sessões do Tribunal do Júri em comarcas do interior do Rio de Janeiro na terça (18/3) e na quarta (19/3). Na sexta-feira (21/3), comparecerá à solenidade de encerramento da Semana no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), no Fórum da Barra Funda, às 17 horas.

A conselheira Ana Maria Amarante abrirá as atividades da Semana no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), no Fórum Desembargador Antônio Melo Martins, em Taguatinga, às 15 horas. O conselheiro Gilberto Martins vai a Macapá, onde participará da cerimônia de abertura da mobilização nacional na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), segunda-feira (17/3), às 8 horas. Na sexta-feira (21/3), Martins estará em Belém/PA para o encerramento das atividades no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

O conselheiro Flavio Sirangelo estará presente à cerimônia de abertura dos trabalhos da força-tarefa, marcada para as 8h45, na 2ª Vara do Tribunal do Júri de Porto Alegre/RS. A conselheira Deborah Ciocci vai participar da solenidade de abertura da Semana em São Paulo, às 13 horas, no Fórum da Barra Funda.

A conselheira Luiza Cristina Frischeisen vai ao Ceará para a solenidade de encerramento da Semana Nacional do Júri, sexta-feira (21/3), em Fortaleza/PE. O conselheiro Paulo Teixeira abre os trabalhos em Natal/RN, segunda-feira (17/3). No último dia da mobilização, sexta-feira (21/3) **Teixeira visitará os tribunais do Júri em Recife/PE e João Pessoa/PB.**

Assunto: Acusados de morte de médico vão a júri popular a partir desta segunda-feira	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 17/03/2014
Editoria:	Seção:



Acusados da morte de médico vão a júri popular a partir desta segunda-feira

O julgamento dos quatro acusados do assassinato do médico Mavial de Almeida terá início nesta segunda-feira (17/03) no Fórum Casa da Justiça Professor Aníbal Bruno, situado no loteamento Dom Acácio Rodrigues Alves, Quilombo II. A sessão começará às 9h e deve seguir até a próxima sexta-feira (21/03).

A sessão integrará a pauta programada para a Semana Nacional do Tribunal do Júri. O julgamento será presidido pela juíza Hydia Landim, da Vara Criminal de Palmares. De acordo com denúncia oferecida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), os réus José Laudiano do Nascimento, Antônio José da Silva Neto, Ednaldo dos Santos e Antônio Agostinho Alves Muniz Filho são acusados de homicídio duplamente qualificado (pagamento ou promessa de recompensa e impossibilidade de defesa da vítima). Antônio Agostinho é apontando como o mandante do crime.

O médico foi assassinado a facadas em junho de 2012, no município de Palmares, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Ainda segundo a denúncia, os acusados Ednaldo dos Santos, Antônio Agostinho e José Laudiano ainda tentaram ocultar o corpo da vítima, jogando-o em um riacho localizado às margens da PE-096, no município de Barreiros.

No julgamento, o MPPE será representado pelo promotor Frederico Guilherme de Fonseca Magalhães. O Ministério convocou 14 pessoas para serem ouvidas como testemunhas de acusação no júri.